

O FOGO PORTUGUÊS

Publicado na Revista Visão, em 5 de Agosto de 2004

Na Antiguidade, o «Fogo Grego» tornou-se uma lenda, por revelar a capacidade helénica no uso dos segredos da química como arma de guerra, sobretudo no combate naval. Hoje os europeus olham com espanto para o «Fogo Português», para essa patologia estival que ceifa o território, a riqueza natural, os bens e até a vida dos portugueses, como se a secular asserção de Miguel de Unamuno, que nos identificava como um “país de suicidas” tivesse de ser demonstrada até à exaustão.

OS INCÊNDIOS florestais em Portugal não têm comparação na Europa. Tanto em números absolutos como em valores relativos a área ardida torna Portugal num trágico campeão, muito à frente da Espanha, França e Grécia. O problema maior é que insistimos em melhorar as nossas próprias “marcas”. Com efeito, se nos anos setenta do século passado a média anual da área ardida rondava os 20 mil hectares, já entre 1991 e 2001 essa média situou-se nos 95 mil hectares, sendo que no ano passado se bateram todos os registos com 423 mil hectares! Cerca de 12 % de toda a área florestal nacional consumida pelo fogo...

SE QUISERMOS compreender alguma coisa das verdadeiras razões que levam a esta desgraça nacional é preciso colocar o acento tónico onde ele realmente se encontra, e não onde ele parece estar. As questões essenciais situam-se no planeamento e no ordenamento que não existe ou não funciona, e não no plano do **combate** directo. Claro que é importante a presença de meios aéreos e de bombeiros preparados. Mas a guerra contra os incêndios, se a quisermos vencer, terá de travar as suas batalhas principais na **prevenção**. Infelizmente, como as estruturas operacionais de combate estão, também elas, percorridas pela luta entre facções partidárias e paixões corporativas, alguns leitores julgarão estar aí raiz do problema. Não está!

A famigerada “vocaçãõ florestal” de Portugal é, em termos históricos, um fenómeno recente. Em 1815, Andrada e Silva, um génio pioneiro da ecologia que os portugueses esqueceram e os brasileiros veneram, alertava para os riscos da desertificação induzida pela ausência de coberto vegetal. Em 1824 foi criada a Administração Geral das Matas, junto do Ministério da Marinha. Em 1874 o país possuía uns modestos 640 mil hectares, contra os 3,3 milhões de hoje. Como é que ocorreu uma mudança tão vasta?

A CHAVE para a resposta pode encontrar-se num extraordinário discurso proferido perante a Assembleia Nacional pelo deputado José Correia da Cunha, membro da ala liberal, em 27 de Abril de 1971. Aquele que viria a tornar-se no pioneiro da política pública de ambiente nacional explicava nesse discurso a “história do futuro”. Três milhões de portugueses irão deslocar-se, até ao ano 2000, da agricultura e do interior para a indústria e serviços, situados no litoral. Se queremos evitar o caos nas cidades e a desordem no

mundo rural teremos de implementar uma firme política de “ordenamento do território, base de uma política de desenvolvimento económico e social”.

Correia da Cunha tinha razão, mas os portugueses preferiram a desordem. Nos últimos trinta anos o país confundiu florestação com política florestal. Um dos factores mais propícios aos incêndios, que é a disseminação de grandes áreas de monocultura de pinheiro bravo e de eucalipto prosseguiram, apesar dos protestos. De 1928 a 1995 a área de eucaliptal aumentou noventa vezes! Dos incontáveis milhares de proprietários florestais uma parte significativa é absentista. Não cuida das suas matas e florestas, deixa-as afogar em biomassa, em combustível lenhoso, ao longo dos anos, até ao golpe de clemência dos incêndios. Até mesmo para os montados de sobro, muitas vezes os cuidados residem apenas na extracção sazonal da cortiça. O desleixo, a incúria, a falta de disciplina são generalizadas. Raras são as casas, em zonas florestais que têm bocas de incêndio próprias e poucas as aldeias que prescindem do tradicional recurso aos foguetes de Agosto, que todos os anos devoram muitos milhares de hectares, como dentro de dias se verá, outra vez, apesar das proibições.

A FALTA de persistência dos governos completa a moldura. Não faltam leis e planos. A Lei de Bases da Política Florestal foi aprovada por um parlamento unânime em 1996. Mas falta a sua implementação continuada, coordenada e descentralizada. Enquanto existirem presidentes de câmara que afirmam na televisão que a culpa é da protecção civil, ignorando que eles próprios são os máximos responsáveis concelhios da mesma, as coisas continuarão de mal a pior. As projecções climáticas para Portugal indicam um enorme aumento da temperatura média (entre 4°C a 7°C) no próximo século. Não há tempo a perder se não quisermos ser soberanos sobre um território desertificado, naufragado num mar de chamas. O inimigo é a nossa proverbial falta de rigor, que nos expõe a todos os riscos. Seremos capazes de nos transcender, de vencer o que nos envergonha?

Viriato Soromenho-Marques¹

¹ Professor Catedrático da Universidade de Lisboa e membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável